

DCI

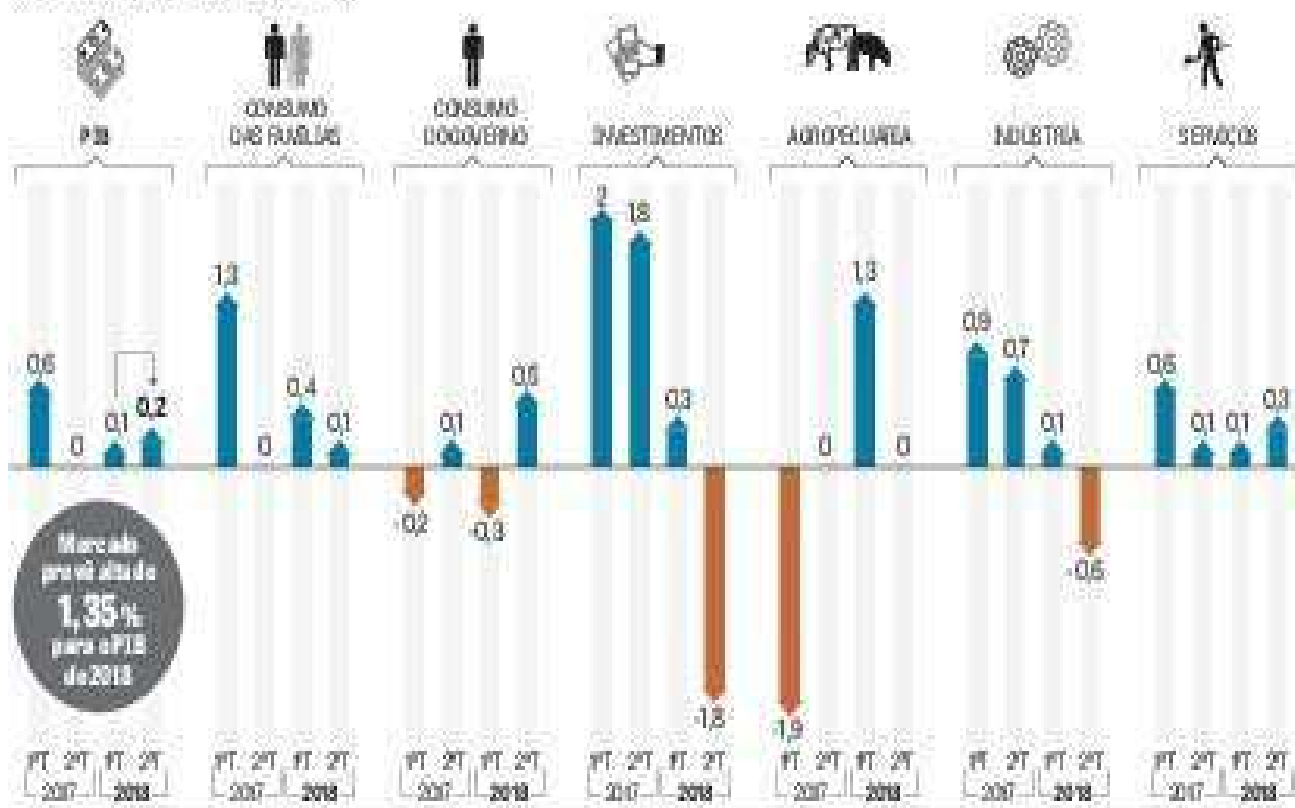
www.dci.com.br

Atividade do 3º trimestre acelerou para 0,6%, projetam especialistas

Após avançar 0,2% entre abril e junho, economia ganhou mais de fôlego a partir da recuperação de parte das perdas da greve dos caminhoneiros. Indústria e investimentos puxaram indicador

MARCHA LENTA

Variação trimestral do Produto Interno Bruto (PIB) do País e seus componentes, contra trimestre imediatamente anterior + Em %



FORNTE: IBGE

INFORME

PAULA SALATI • SÃO PAULO

O Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre registrou aceleração e deve ter crescido 0,6% em relação ao segundo trimestre (na margem), indicam consultorias.

A expansão foi na esteira de uma recomposição de parte das perdas ocorridas com a greve dos caminhoneiros entre maio e junho. No segundo trimestre, o PIB avançou 0,2%.

Quem puxou a economia pelo lado da oferta foi a indústria, enquanto pela via da demanda a tração veio dos investimentos.

Para os analistas, o resultado das eleições em outubro não mudará muito o ritmo da atividade econômica até o final do ano, mas já pode ir influenciando as perspectivas de investimentos, seja positiva ou negativamente.

A margem das projeções colhidas pelo **DCI** para o PIB fechado de 2018 vai de 1,2% a 1,6%.

A economista da Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro, comenta que a alta de 0,6% esperada para o PIB do terceiro trimestre foi puxada, principalmente, pelo avanço de 1% da atividade industrial, com destaque para a de transformação e, em menor escala, da extrativa.

“A indústria fará a grande diferença, mas mais pelo efeito base de comparação”, comenta Alessandra, explicando que parte da produção que foi interrompida nos meses de maio e junho deste ano, chegou a ser recuperada em julho e, com mais intensidade, em agosto último.

A economista da Tendências pondera que julho ainda foi “contaminado” pela greve, o que impede números melhores para a indústria no terceiro trimestre. Ela cita, por exemplo, a queda de 4,1% na produção de veículos entre junho e julho, segmento que, por outro lado, chegou a retomar crescimento de 18,6% no mês passado, na margem.

A projeção da 4E Consultoria para o PIB do terceiro trimestre (+0,6%) está em linha com a da Tendências. Giulia Coelho, economista da 4E, detalha que a sua previsão para o setor industrial é de expansão de 1,4% no período. Já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima, para o mesmo setor, alta de 2,1%.

Em comunicado divulgado ontem, o instituto especifica que este crescimento será puxado pelos segmentos de bens de capital e de consumo duráveis, os quais farão com que o setor industrial seja um dos responsáveis “pela melhora nos indicadores de mercado de trabalho ao longo de 2018”.

INFORME

Já a Pezco Economics tem a projeção mais otimista dentre as instituições consultadas pelo DCI. O economista desta consultoria, Helcio Takeda, calcula avanço de 4,3%, na margem, para a produção industrial no terceiro trimestre, o que deve ter levado a economia para um patamar de crescimento de 1,6% no período.

Retomada de projetos

Takeda ressalta que o desempenho da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, investimentos) também ajudou o PIB do terceiro trimestre, com expectativa de elevação de 2,7% no período. Isso também ocorreu, principalmente, pelo efeito base de comparação.

“No segundo trimestre, os investimentos caíram 1,8%. Neste trimestre, eles se recuperaram e avançam um pouco mais.

Projetos que não se realizaram em maio e junho estão se realizando agora. Materiais de construção que não foram entregues naquele período, já foram recebidos e possibilitaram a retomada de algumas obras”, comenta.

O Ipea (+2,1%), a Tendências (+1,7%) e a 4E (+1,2) também projetam crescimento na FBCF entre julho e setembro deste ano.

Giulia Coelho comenta que a eleição de um presidente reformista pode ajudar na retomada da confiança dos empresários, influenciando positivamente, por sua vez, a perspectiva de uma retomada mais robusta dos investimentos a partir de 2019.

Para este ano, a especialista da 4E afirma que o cenário da atividade não deve ter muita mudança após o período eleitoral. A previsão de Giulia para o PIB fechado deste ano é de 1,4%.

A Pezco (+1,7%), o Ipea (1,6%) e a Tendências (+1,2%) têm projeções relativamente semelhantes às da 4E para o indicador de atividade.

O Ipea reforçou em seu documento que os primeiros índices do terceiro trimestre estão apontando para uma recuperação lenta e gradual da atividade econômica.

A instituição pondera que, apesar disso, a economia brasileira sofre com a ociosidade da capacidade produtiva. “O ritmo de crescimento só não é mais intenso devido às incertezas que ainda pairam no País”, completa o Ipea.

INFORME

Giulia lembra que o elevado nível de ociosidade tem prejudicado o ritmo dos serviços, que devem crescer 0,5% no terceiro trimestre. A Pezco (+0,2%) e a Tendências (+0,3%) também estimam desempenho fraco para o setor.

Segundo Takeda, este cenário é influenciado pela maior inflação em junho, que corroeu a renda dos trabalhadores.

Níveis de produção e emprego na construção seguem em baixa

Os níveis de produção e do emprego na indústria da construção continuaram em baixa em agosto, disse ontem a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Com isso, as expectativas do setor para os próximos meses pioraram no levantamento realizado no começo de setembro.

Em uma escala em que valores abaixo de 50 pontos significam retração, o índice de atividade na construção ficou em 47,8 pontos em agosto.

O indicador significa que a queda na produção do setor no mês passado foi maior que a vista em julho, quando o índice ficou em 48 pontos.

Segundo a CNI, a extensão da queda é tão marcante, que o nível de atividade em relação ao usual para agosto registrou apenas 35,4 pontos, um resultado bem distante da linha divisória dos 50 pontos, que indica a média de produção para o mês.

O índice de número de vagas também está ruim.

Em agosto, o indicador ficou em 46,1 pontos, abaixo dos 46,2 pontos de julho.

Mesmo com retração, o Uso da Capacidade Operacional subiu em agosto, de 58% para 60%.

O dado, porém, é menor que a média histórica do indicador, que é de 62%.

/ Da Redação

(Fonte: DCI – 28/09/2018)

4

INFORME

FOLHA DE S.PAULO

Empresário contribui mais com sindicato que trabalhador

Sem imposto obrigatório, entidades de empregados perdem mais receitas

Anaís Fernandes William Castanho - SÃO PAULO

Os empresários pagaram mais imposto sindical do que os trabalhadores em 2018. Espontaneamente, empregadores deram a seus sindicatos R\$ 204 milhões neste ano. Trabalhadores recolheram R\$ 176 milhões em favor de suas entidades, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Com a reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, a contribuição às entidades de representação passou a ser voluntária.

O advogado Cleber Venditti, do escritório Mattos Filho, diz que os números trazem um dado relevante sobre o sentimento de que as empresas têm representação mais engajada. “Isso mostra maior proximidade das empresas com seus sindicatos. Elas entendem ser importante manter o sindicato forte, porque isso pode, no futuro, ajudá-las em grandes discussões com trabalhadores e na Justiça”, diz.

A queda na arrecadação das entidades, tanto patronais quanto dos trabalhadores, foi grande com o fim da obrigatoriedade do imposto.

Em 2017, segundo o ministério, os sindicatos dos trabalhadores recolheram R\$ 2,025 bilhões. No mesmo ano, as entidades dos empresários somaram R\$ 812 milhões.

Após o fim do imposto obrigatório, confirmado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em junho deste ano, as receitas com a contribuição tiveram queda de 91% nos sindicatos dos trabalhadores.

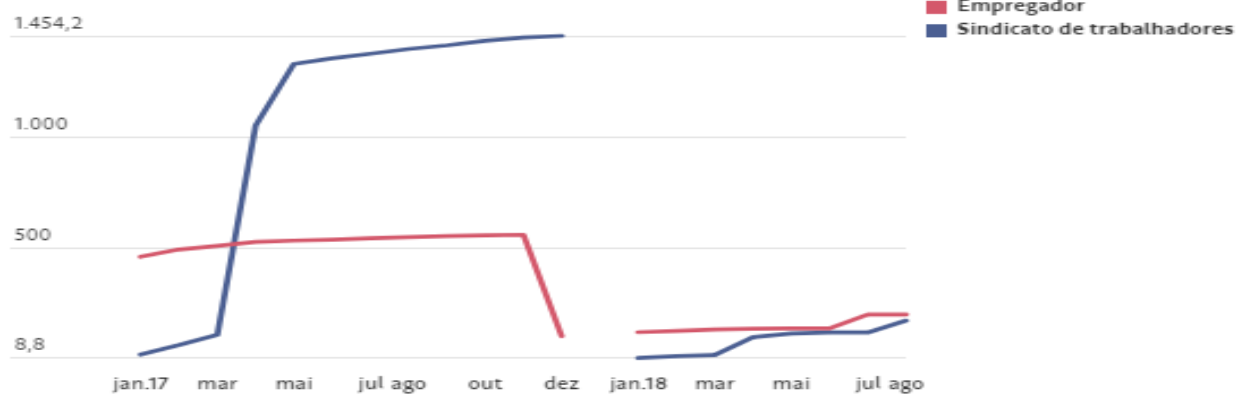
Entre 2017 e 2018, o recuo dos recursos das entidades patronais foi menor, de 75%. O imposto das entidades dos empresários é recolhido em janeiro e a contribuição dos trabalhadores, em março. Ao longo do ano, há saldo residual. Mais atualizados, os números se referem ao acumulado até agosto.

Segundo Venditti, a inversão da curva entre a contribuição de empresários e empregadores também pode ser explicada pelo descrédito de alguns sindicatos de trabalhadores em suas bases. “É comum ouvir críticas de que as entidades não representam. Existem exceções como os metalúrgicos, os bancários, os químicos”, afirma.

INFORME

Após reforma trabalhista, arrecadação de entidades de empregados caiu mais do que a de patrões

Arrecadação, em R\$ milhões



Fontes: Ministério do Trabalho e Salarômetro/Fipe

Representantes dos empresários afirmam que a arrecadação cresce em razão do trabalho de convencimento com seus representados.

O presidente em exercício da Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo), José Ricardo Roriz Coelho, diz que a arrecadação da entidade até caiu em um primeiro momento, porque empresas deixaram de contribuir e sindicatos filiados chegaram a perder 80% do orçamento. “Com o decorrer do ano, temos notado que novamente as empresas têm se aproximado mais dos sindicatos e reconhecido a importância das entidades”, afirma.

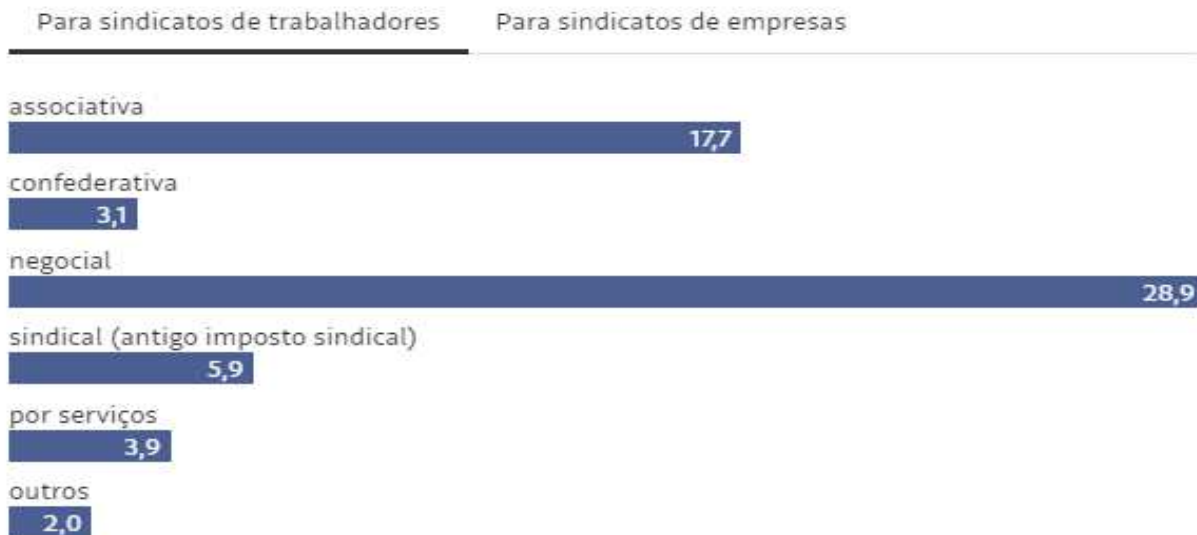
O vice-presidente da FecomercioSP (federação do setor no estado de São Paulo), Ivo Dall’Acqua Junior, diz que a arrecadação patronal fora afetada antes mesmo da reforma, com medidas que mudaram, por exemplo, a obrigatoriedade de contribuição para empresas do Simples Nacional. “Os sindicatos começaram desde então a fazer um trabalho para mostrar a importância do recolhimento”, afirma.

Para Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), porém, empregadores desestimulam trabalhadores a contribuir. “Muitos respeitam, mas vários outros têm um trabalho antissindical sistemático, fazem campanha para o trabalhador não contribuir e não aceitam colocar em convenção coletiva o recolhimento aprovado em assembleia”, diz.

INFORME

Modalidade da contribuição

Proporção em relação ao número de negociações no ano



Fontes: Ministério do Trabalho e Salariômetro/Fipe

Segundo Lúcio, a reforma que permitiu o negociado sobre o legislado mas reduziu o orçamento dos sindicatos fragilizou mais os trabalhadores. “Essa nova lei empodera a negociação, mas enfraquece o sindicato”, diz.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e também presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah, diz que a reforma buscou cercear a atuação dos sindicalistas. “Essa situação dificulta nossa capacidade de informar os trabalhadores, enquanto os empresários estão se unindo.”

Na avaliação de Jorge Pinheiro Castelo, sócio do Palermo e Castelo Advogados, as mudanças trazidas pela reforma prejudicaram os sindicatos, embora a forma de custeio das entidades precisasse de alteração. “Os sindicatos vivem da contribuição. Para proporcionar assistência jurídica, precisa de dinheiro. Houve uma quebra, um desmantelamento da estrutura de assistência. Sindicatos foram à falência”, afirma.

(Fonte: FOLHA de SP – 28/09/2018)